ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PRIMEIRA REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2011. ----------

---------- ***ATA NÚMERO SETE*** ----------

Aos dezanove dias de dezembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Sandra Isabel Candeias Lopes Anes e Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ---------

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes ***Deputados Municipais****: José Manuel Mata Justo, Emanuel de Jesus Colaço Costa, José Fernando Figueiredo, Carlos Afonso Guerreiro, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, Celina Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Ingeburga de Oliveira, Ricardo Caçoila, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Avelino dos Santos Antunes, Manuel Martins de Almeida, Pedro Manuel Gomes Carmo, Gonçalo Filipe da Silva Bastos, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, e os seguintes* ***Presidentes de Junta de Freguesia:*** *José Francisco dos Santos, Humberto Manuel Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Miguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Dulce Oliveira Feijão, António José Lopes Saltão e Carla Braziel.* ----------

Solicitou ***substituição do mandato****, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações*

introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: ----------

Isabel Cristina Guedes Góis Camacho, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Carlos Manuel de Brito Afonso Guerreiro. ----------
Jorge Manuel Rodrigues Tavares, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira. ----------
Alfredo Luís Dias Rodrigues, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Manuel Martins de Almeida. ----------
Luís Morais, Presidente de Junta de Freguesia da Atalaia, tendo sido substituído pela Tesoureira da respetiva Junta de Freguesia, Dulce Maria Carromeu de Oliveira Feijão. ----------

*A **Câmara esteve representada** pela senhora **Presidente da Câmara** – Maria Amélia Antunes e pelos senhores **Vereadores**: Nuno Ribeiro Canta, Maria Clara de Oliveira da Silva e Renato José Diniz Gonçalves, Lucília Samoreno Ferra, Nuno Alexandre Ferrão e Joaquim António Batalha.* ----------

*Constatada a **existência de quórum**, o Senhor Presidente, cumprimentou a Senhora Presidente da Câmara, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo.* ----------

Não houve munícipes para intervir. ----------

*O senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o período*

ANTES DA ORDEM DO DIA

*O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou em apreciação as atas baixo mencionadas, tendo sido previamente distribuídas por todos os membros e como ninguém pretendeu pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, submeteu-as à aprovação, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações:* ----------

Ata n.º 2 de 23 de abril de 2010

***Aprovada por Maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (Dulce Feijão).* --

Ata n.º 1 de 25 de fevereiro de 2011

***Aprovada por Maioria**, com 23 votos a favor e 3 abstenções (Dulce Feijão, Manuel Almeida e Ricardo Caçoila).* ----------

Ata n.º 2 de 18 de abril de 2011

***Aprovada por Maioria**, com 24 votos a favor e 2 abstenções (Dulce Feijão, Manuel Almeida).* ----------

Ata n.º 3 de 19 de abril de 2011

***Aprovada por Maioria**, com 24 votos a favor e 2 abstenções (Dulce Feijão, Manuel Almeida).* ----------

*O senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Montijo – José Francisco dos Santos (PS)**, no uso da palavra, leu uma intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, o documento Verde da Reforma Administração Local assenta em quatro grandes eixos.* ----------

1. *Setor Empresarial Local* ----------
2. *Organização do Território* ----------
3. *Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento* ----------
4. *Democracia Local* ----------

Sem deixar de considerar que todos os quatro eixos merecem análise, discussão e reflexão profunda irei apenas e como compreenderão, fazer a minha reflexão no segundo eixo (Organização do Território). ----------

A sociedade atual é marcada por incertezas e preocupações sociais que se estendem ao ordenamento administrativo do território e ao futuro das freguesias. Muito se tem dito e escrito acerca da extinção, fusão ou agregação de freguesias, mas cada vez são mais os que relembram o papel das freguesias no poder local democrático, mostrando quão importantes elas são para as populações. ----------

As freguesias, devidamente reconhecidas como autarquias de proximidade, têm hoje tal como no passado uma ação importante em várias áreas e entre elas a ação social e a educação. ----------

A reorganização administrativa das freguesias não pode nem deve ser conseguida com recurso à régua e ao esquadro muito menos a compasso mas deve ter em conta o papel que as freguesias têm desempenhado, a sua identidade, a sua história e, principalmente a sua atividade junto das populações. É importante lembrar, pois há quem procure esquecer, que em muitas zonas deste pais as freguesias são o primeiro ponto de abrigo e em alguns casos o último ponto de contacto com os municípios e o poder central. ---

Nesta minha reflexão que pretendo partilhar convosco não posso deixar de exprimir a análise que fiz sobre o livro verde principalmente nos critérios, cronograma e impactos internos e externos. ----------

Tendo como propósito proceder a «Uma Reforma de Gestão, uma Reforma de Território, uma Reforma Política», o Documento Verde da Reforma da Administração Local começa por afirmar que «vivemos um tempo em que o modelo de gestão» deve permitir «o reforço saudável do Municipalismo». --------

Defende, de seguida, que «Os problemas e os bloqueios jamais se resolverão

negando a realidade». ----------

O Municipalismo, enquanto sistema político, pretende a maior autonomia para os Municípios, através da descentralização da administração pública a favor dos mesmos. ----------

Sendo uma realidade histórica nacional, nunca tais movimentos se fizeram à custa ou por causa das Freguesias. ----------

Se o «reforço do Municipalismo» é um objetivo específico a alcançar, outros meios serão adequados para o atingir não sendo através do sacrifício das Freguesias, da sua autonomia, do seu capital identitário. ----------

Por outro lado, se a preocupação reformista pretende alcançar imposições externas, tais como o combate ao endividamento e o controlo do despesismo, ainda não está demonstrado que, às Freguesias, cabe uma quota parte do endividamento nacional, por resultar da sua gestão descontrolada ou que o despesismo do Estado tem sido pecha da sua gestão. ----------

Como sempre tem sido afirmado, as Freguesias capitalizam ganhos de eficiência e eficácia, com uma relação custo/benefício de 1 para 4, como concluído foi num recente excelente estudo científico promovido pela ANAFRE e lançado no terreno pela Universidade Lusíada. ----------

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao ler e reler o livro verde, fiquei na expectativa de encontrar um projeto de reforma voltada para as mudanças estruturais mas fiquei apreensivo e tenho alguma dificuldade de aceitar que as freguesias sejam o núcleo central das reformas estruturais que se querem implementar no país. Pensei sempre que qualquer reorganização do território teria que obedecer ao princípio da universalidade e contemplasse integralmente, os diversos patamares do edifício administrativo do Estado. -------

Pretender fazer uma Reforma do Estado dirigindo o seu olhar só para a Reforma da Administração Local e confinar o núcleo central das mudanças estruturais

locais, ao exclusivo âmbito das Freguesias, é iniciativa que a história e as populações terão alguma dificuldade em compreender. ----------

Recorrer, como critério quase único para atingir esse objetivo, às tipologias das áreas urbanas (TIPAU), parece-me a medida não aconselhável. ----------

As tipologias recorridas tiveram na sua génese e criação fins de planeamento e urbanismo, estratégias de ordenamento do território, não objetivos de (re)organização administrativa e, muito menos, de políticas sociais. ----------

Neste critério a matriz proposta no LV assenta numa das maiores incertezas do modelo que se quer instituir. ----------

Sem olhar às especificidades de cada Freguesia, o recurso às TIPAU oferece-se como critério meramente quantitativo, numérico, desajustado à realidade que as caracteriza. ----------

Desvirtuando as suas especiais funções, mais sociais, menos mas ainda administrativas, com este critério e em nome da promoção de maior proximidade, o Documento Verde realça a escala como uma solução para todos os problemas (veja-se o que poderia acontecer no nosso Concelho, se as quatro freguesias se agregassem à freguesia do Montijo, esta ficaria com mais de 45000 habitantes). ----------

Afirmando-se que as Freguesias não devem ser confundidas com os Municípios, nem na sua grandeza, nem nas competências a desempenhar, a procura de escala pode ser geradora de tal confusão, desvirtuando a característica mais distintiva destas Autarquias: a sua relação de vizinhança, de confiança e de proximidade com os cidadãos das suas Comunidades. ----------

A proximidade é o valor mais estimável a manter. ----------

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, duvido quando se pretende passar a mensagem de que, com a redução de Freguesias e na criação de novas Freguesias de maior dimensão e escala, as Freguesias agregadas vejam

respeitada a sua identidade, a sua toponímia a sua história e cultura. ----------

Penso sim, que com a criação das novas freguesias se pode por em causa o conceito da proximidade íntima do cidadão com a sua Freguesia, proximidade de dimensão quase familiar, própria das comunidades alicerçadas na partilha comunitária de bens, de trabalho, de vivências e convivências do quotidiano, de afetos. ----------

É em face de tudo isto e do muito que se tem dito e escrito que dei por mim a perguntar: ----------

Que poderá ser feito com as freguesias, as novas freguesia de que tudo se desconhece? ----------

As freguesias que temos, no concelho e no país: ----------

Carregadas de histórias e tradições. ----------

Marcadas passo a passo nos seus contornos geográficos. ----------

Gravadas nos anais da sua cultura do seu património construído. ----------

Personificadas na genuinidade dos seus sotaques, das suas crenças e das suas lendas. ----------

Reconhecidas na sua intervenção social. ----------

Referenciadas na sua especificidade geográfica, na sua grandeza ou pequenez, no seu interior ou litoral. ----------

Referenciadas pelo seu carisma urbano ou pela sua ruralidade. ----------

Por todas estas características e porque para grande parte da população portuguesa são porto de partida e de chegada, abrigo e único ponto de contacto com o estado, poderíamos, ainda, perguntar? ----------

Que outro paradigma pode ombrear. ----------

Com a riqueza desta diversidade. ----------

Com a polifacetada geometria em que as atuais freguesias se constituem. -------

Em que retratam a verdade de um Povo e a imagem de um Pais. ----------

Espaços de proximidade e convivência. ----------

Célula natural da organização dos cidadãos a mais importante depois da família. ----------

Esta malha fina do Poder Local que são as freguesias com cobertura nacional total, sempre presentes e próximas: ----------

Dos idosos; ----------

Dos mais humildes; ----------

De que é carenciado; ----------

Dos desempregados; ----------

Jovens e menos jovens; ----------

Dos que se sentem sós. ----------

Este manancial de apoio e público serviço nem sempre bem aproveitado; --------

Este capital de solidariedade e presença muitas vezes esquecido; ----------

Este repositório de dedicação de voluntariado nem sempre valorizado; ----------

É, património imaterial das comunidades locais, que dele beneficiam. ----------

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a definição de critérios quantitativos é fomentadora de resultados absolutamente díspares que, além de potenciarem a ocorrência de injustiças, vão provocar incómodos, não dando resposta a questões que mais preocupam as populações (o Concelho do Montijo é bem o exemplo da aplicação dos métodos quantitativos). ----------

No meu entender qualquer reforma da administração local a fazer-se deve ser integral e dispor de tempo necessário a debates e pareceres que envolvam a Anafre, a Associação do Municípios Portugueses, Organizações Politicas e as populações. ----------

A agregação de freguesias ao contrário do que aponta o Livro Verde sairá mais cara ao Estado mas mesmo que assim não fosse iria por em causa, a promoção de proximidade, para além de por em causa o inestimável valor do voluntariado

com que no modelo atual o trabalho dos eleitos de freguesia se exerce maioritariamente. ----------

Finalmente pelo conhecimento que tenho do nosso concelho e de muitos outros concelhos deste país, penso que a matriz desenhada no LV não serve a reforma da Administração Local que se pretende nem as populações, porque: ----------

Adota critérios quantitativos desprezando os qualitativos; ----------

Porque não considera o crescimento demográfico; ----------

Porque não valoriza as condições do interior e do rural; ----------

Porque não considera as dificuldades em distinguir os conceitos de "rural", medianamente e predominantemente "urbano", bem como a definição dos seus limites. ----------

É por tudo isto que acredito que existem todas as condições para que se mantenham no nosso concelho as oito freguesias existentes." ----------

O senhor ***Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)****, no uso da palavra, apresentou, duas* ***Recomendações*** *e uma* ***Moção****, cujos teores a seguir se transcrevem, respetivamente:* ----------

RECOMENDAÇÃO

Para que sejam sinalizados as empresas com lucros até 150.000 €

"As Micro, Pequenas e Médias Empresas vivem hoje um período conturbado, fruto da conjuntura económica nacional e internacional. ----------

São estas empresas que ainda mantêm vivos os centros das cidades, dão cor as ruas dos municípios e são fator determinante para o desenvolvimento local através dos negócios familiares ou na captação de emprego local com maior ou menor qualificação. ----------

A retração económica que hoje se vive e a proliferação dos grandes centros comerciais atinge a generalidade dos agentes económicos locais, afetando a

sustentabilidade natural dos micro, pequenos e médios negócios. Consequentemente também os do Montijo são afetados. ----------

A intensificação da globalização tem vindo a colocar crescentes desafios aos pequenos e médios empresários que veem assim as suas margens comerciais diminuírem pondo em risco a sua própria sobrevivência. ----------

Considerando o papel relevante que estes Pequenos e Médios Empresários têm no tecido económico, empresarial e na criação de emprego. ----------

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida 19 de dezembro de 2011, propõe ao executivo camarário a elaboração de um estudo com vista a avaliar a possibilidade de deliberar lançar no próximo ano uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 €, ao abrigo do número 4 do artigo 14.º da lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, podendo ainda também se possível juntar a esse estudo o levantamento das qualificações de cada um dos inquiridos." ----------

RECOMENDAÇÃO

"O Montijo foi desde sempre um município com forte ligação ao setor primário. Existem 3 freguesias separadas territorialmente que distam da sede do município cerca de 25 km em que principal atividade é a atividade agrícola e a que normalmente se designam de freguesias rurais. ----------

Considerando as dificuldades crescentes que a sociedade portuguesa atravessa, fruto de politicas económicas erradas ao longo dos anos, o agravamento das condições de vida impostas por uma economia recessiva que não gera empregos e por políticas que empobrecem sistematicamente a maioria dos cidadãos e as famílias, o Bloco de Esquerda considera que compete também aos municípios tomar medidas proactivas e sustentáveis que atenuem as atuais dificuldades de vida dos cidadãos e das famílias. ----------

Sabemos que neste momento existe no nosso concelho um significativo número de munícipes que desejariam ter acesso a um pequeno lote de terreno onde pudessem fazer a sua própria horta, em que para além de preencher algumas das suas necessidades alimentares contribuiriam também para a ocupação positiva de solos desocupados e abandonados pela Câmara Municipal do Montijo. A possibilidade de algumas pessoas atingidas pelo desemprego, com seu poder de compra diminuído, produzirem alguns bens alimentares proporciona também uma possibilidade de poupança nos rendimentos das famílias que não deve ser desvalorizada ou desaproveitada pela Câmara Municipal. ----------

De uma forma sustentável, transparente e equilibrada pretende-se que a Câmara Municipal do Montijo reúna as condições necessárias para a criação de uma horta urbana, ou mais do que uma em caso de forte adesão de pedidos de lotes de cultivo. Para este efeito, a Câmara Municipal terá apenas de destinar um terreno, devidamente preparado para receber a sementeira e plantio de searas hortícolas, para consumo próprio dos cidadãos e das famílias que queiram fazer o cultivo de um pequeno lote a esse fim destinado. ----------

Neste contexto, deverá a Câmara Municipal de Montijo atribuir de um terreno público para este efeito, loteado em talhões de cerca de 50 metros quadrados e múltiplos dessa área até ao limite máximo a definir em sede de regulamento. As condições a reunir nesta pequena exploração agrícola urbana devem garantir o fornecimento de águas para regas e a construção de pequenos armazéns individuais ou coletivos para guardar ferramentas, alfaias, sementes, fertilizantes e outros objetos e produtos necessários ao bom cultivo das hortas.

Esta é uma medida simples, fácil de incrementar e pouco dispendiosa e ao mesmo tempo com efeitos imediatos na economia e subsistência alimentar de muitos cidadãos e famílias carenciadas. É também uma forma de ocupar

munícipes do Montijo que assim o desejem e não possuem nenhum espaço de terreno que sirva para o efeito. ----------

Assim a Assembleia Municipal de Montijo reunida em 19 de Dezembro 2011, ***RECOMENDA*** *ao Executivo camarário que inicie o processo para uma proposta de regulamentação das condições de acesso democrático aos talhões de cultivo a apresentar na primeira sessão da Assembleia Municipal em 2012."*

MOÇÃO

"O Orçamento de Estado que foi aprovado pelo Governo PSD – CDS, reduz em cerca de 750 milhões de euros o financiamento para o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Segundo o relatório de grupo de trabalho nomeado pelo Governo para a reforma da rede nacional de urgência e de emergência, está previsto "o fecho das urgências do Hospital Curry Cabral, do Hospital de Fafe, Santo Tirso, Peniche, ***MONTIJO,*** *Régua, Vila do Conde, São João da Madeira, Ovar, Esposende, Espinho, Anadia, Estarreja, Cantanhede e Fundão" e o "desinvestimento nas urgências de Gaia, Viseu, Évora, Chaves e Mirandela". O documento prevê ainda o adiamento da construção dos hospitais: Novo Hospital de Gaia, Hospital de Vila do Conde/Póvoa de Varzim e Hospital de Todos os Santos, em Chelas.* ----------

O Hospital do Montijo tem perdido ao longo dos anos várias valências que sustentavam o próprio hospital, que eram fundamentais para a prestação de serviços hospitalares de qualidade para os concelhos de Alcochete e Montijo.

A somar a esta dramática situação do hospital também o Centro de Saúde do Montijo perdeu recentemente 8 especialistas entre médicos e técnicos, o que leva a que as carências sejam hoje ainda maiores, aumentando assim a precariedade dos serviços clínicos prestados e deixando ainda mais munícipes sem médico de família e com maiores dificuldades para aceder aos cuidados de saúde. ----------

O Governo PSD – CDS demonstra assim a sua real faceta em que os cortes á generalidade da população é regra e está para ficar. Este Governo insiste em não tributar as mais-valias urbanísticas e financeiras, não renegociar contratos e rendas das "parcerias público privadas" que custam ao estado cerca de 2 mil milhões€, por ano, de acordo com o Tribunal de Contas, e em continuar a favorecer os fabulosos lucros das grandes empresas através de benefícios fiscais (cerca de 2.000.000€ para 2012). ----------

Este desgoverno PSD – CDS tinha e tem opções, mas opta por penalizar ainda mais os que sempre são penalizados, a quase extinta e chamada "Classe Média". ----------

Prevê-se com estas dramáticas opções em que a redução significativa dos cuidados prestados pelo S.N.S. nos Centros de Saúde e nos Hospitais, poderá, inclusive, pôr causa o funcionamento do Hospital de Montijo, correndo assim o risco de encerrar definitivamente. Esta importante infra-estrutura de saúde está aberta desde a década de 50. O Montijo e Alcochete irão sofrer um retrocesso de mais de 60 anos nos cuidados de saúde tendo em conta que a população deverá rondar de 70 mil habitantes. ----------

Caso o Governo pretenda fechar o serviço de urgência e decida concentrar ainda mais as especialidades no Barreiro ou noutro hospital deverá a Assembleia Municipal de Montijo e a Câmara Municipal Montijo encetar um processo de consulta e discussão pública sobre a Saúde. ----------

Por todas estas questões, a Assembleia Municipal de Montijo reunida a 19 de Dezembro repudia qualquer tentativa de encerramento de mais valências no Hospital e contesta veementemente qualquer tentativa futura de encerrar este importante local da garantia dos cuidados de saúde das populações do Montijo e Alcochete. ----------

Caso a Moção seja aprovada, deverá ser enviada para todos os órgãos de comunicação social regional e nacional, Assembleia da República e Partidos Representados e Presidente da República." ----------

O senhor ***Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)****, no uso da palavra, perguntou:* ----------

1. *"Existe alguma evolução em relação à questão dos parques infantis, porque suscitei a questão já algum tempo e inclusive apresentei uma Recomendação que foi reprovada, pela maioria. Assim queria saber se houve alguns desenvolvimentos, em obras ou em relação à segurança das crianças?* ----------

2. *Em relação à Biblioteca Municipal, qual é a estratégia cultural que existe atualmente para aquele espaço, porque deixaram de existir jornais diários e revistas ou parte delas?* ----------

3. *Também dizer que alguns munícipes se têm queixado da aparição de ratos, junto aos terrenos da rotunda das Portas da Cidade. Sei que alguns terrenos não pertencem ao Município, mas poderão perigar a saúde dos munícipes. Queria saber se a Câmara Municipal tomou alguma diligência neste sentido?* ----------

4. *Também queria deixar uma informação, que se deve ao aumento dos animais abandonados, nomeadamente cães e gatos. Há alguns anos atrás apresentei uma Recomendação que foi recusada, tendo em conta a legalização ou obrigação dos donos a registá-los na Câmara Municipal. Isto também está contemplado ao nível da legislação, mas queria aqui deixar a minha preocupação.* ----------

5. *Junto à escola EB1 da Caneira, tem surgido o aumento de construções ilegais em terrenos privados, inclusive também constroem currais para animais nesses espaços. Queria saber que diligências a Câmara Municipal, está a tomar junto dos proprietários.* ----------

6. *Outra questão, refere-se à abertura das cantinas escolares, em períodos de*

férias, devido à situação económica que estamos a atravessar, há crianças que tomam unicamente a refeição da escola. Queria saber se existem dados da Câmara Municipal sobre esta questão e sobre o aumento ou não das condições sociais dos alunos e o que o Município pretende fazer? ----------

7. Sobre a Escola do Esteval/Areias, gostaria de salientar que a dois meses, com as crianças dos 3 aos 5 anos, 70 crianças/famílias ficaram sem opção, por parte da oferta pública, acho isto extremamente gravoso, tendo em conta que existia o espaço, existia o pessoal, já existia as turmas e a pouco tempo de abrir as aulas, não foram dadas respostas aos pais. Penso que facilmente teriam acordado com outras escolas para fornecerem algum material básico, porque assim, pôs-se em causa alguns postos de trabalho dos pais. ----------

8. Por último, queria saber se existe algum desenvolvimento sobre a diminuição das carreiras fluviais, se existe alguma informação dada pelo governo ou pela Transtejo, se é real ou falsa ou foi só especulação? ----------

*O senhor **Deputado Municipal – José Mata Justo (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, fez uma **Intervenção** sobre os Censos 2011 e analisou os dados disponibilizados, que são os seguintes:* ----------

Nível de instrução	1991			2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Nenhum	3.403.926	1.453,886	1.950.060	2.732.254	1.152.169	1.580.085	2.023.094	879.662	1.143.432
1.º ciclo	3.214.016	1.650.885	1.563.161	2.882.995	1.477.680	1.405.275	2.680.333	1.290.632	1.389.701
2.º ciclo	1.446.277	762.899	683.378	1.430.146	755.781	674.365	1.403.249	764.420	638.829
3.º ciclo	778.499	391.590	386.909	1.426.255	755.009	674.246	1.687.085	882.768	804.319
Secundário	643.341	320.885	322.456	1.143.448	546.656	596.792	1.362.660	652.627	710.033
Pós-Secundário	97.013	26.784	70.229	68.965	32.729	34.236	142.744	79.300	63.444
Superior	284.075	149.896	134.179	674.094	283.117	390.977	1.262.449	497.980	764.469
TOTAL	9.867.144	4.756.825	5.110.372	10.358.154	5.003.141	5.355.976	10.561.614	5.047.389	5.514.227

População residente em Portugal segundo o nível de instrução mais elevado e completo, em 1991, 2001, 2011

"O nível de instrução atingido pela população em Portugal progrediu de forma

muito expressiva na última década. Relativamente aos Censos 2001, observa-se um recuo da população com níveis de instrução mais reduzidos, designadamente até ao ensino básico 2.º ciclo e um aumento dos níveis de qualificação superiores. ----------

A população apurada nos Censos 2011 que possui o ensino superior completo quase duplicou na última década. Passámos das 674.094 pessoas que tinham o ensino superior completo para as 1.262.449. ----------

Também os níveis de qualificação correspondentes ao ensino básico 3.º ciclo e ao ensino secundário registaram progressos na última década, embora menos expressivos de, respetivamente 18% e 19%. ----------

Em Portugal, a população que possui o ensino superior representa cerca de 12% e a população que possui o ensino secundário completo representa cerca de 13%. ----------

Os níveis de instrução correspondentes aos 3.º e 2.º ciclos atingem cerca de 16% e 13% da população, respetivamente. O ensino básico 1.º ciclo corresponde ao nível de ensino mais elevado e concluído por 25% da população. Enquanto, que a população sem qualquer nível de ensino corresponde a 19%. ----------

Podemos observar que as qualificações mais elevadas verificam-se nas mulheres. Do total da população que possui o ensino superior completo, cerca de 61% são mulheres. Esta situação repete-se também para o ensino secundário, com predomínio das mulheres (52%). No caso do 2.º ciclo e 3.º ciclo, a percentagem de homens é superior à das mulheres. Para o nível de ensino básico 1.º ciclo voltam a predominar as mulheres com 51,8% do total da população. Sem qualquer nível de ensino, a percentagem de mulheres é de 56,5%. ----------

Em termos da escolarização por sexos, cerca de 14% da população feminina possui um curso superior, enquanto, que na população masculina este indicador é cerca de 10%. ----------

A percentagem da população masculina que possui o ensino básico 1.º e 2.º ciclo é de respetivamente 15% e 17%, enquanto, que estes indicadores correspondem a 12% e 14% no caso da população feminina. Também se assinala que há cerca de 21% de mulheres que não possuem qualquer nível de ensino, contra 17% de homens que se encontram nesta situação. ----------

Em termos da localização da população de acordo com o nível de ensino completo, verificámos que 37% da população com curso superior reside na região de Lisboa, 30% na região Norte e 19,6% na região Centro." ----------

O senhor ***Deputado Municipal - Avelino Antunes (CDU)****, no uso da palavra leu uma* ***Moção****, cujo teor a seguir se transcreve:* ----------

MOÇÃO

"Considerando que a apresentação da Proposta de Lei do OE para 2012 põe a nu as reais motivações, conteúdos e objetivos que o Documento Verde da Reforma da Administração Local (conhecido como «Livro Verde») dissimula sob um punhado de frases feitas e falsos desideratos ali proclamados; ----------

Considerando que às altissonantes proclamações contidas no «Livro Verde» (de que são exemplo as repetidas referências a "ganhos de escala", "coesão territorial", "sustentabilidade financeira", "racionalização e eficiência") se revela exposto contrapõe, em toda a sua exuberância e brutalidade, esta proposta de lei de Orçamento de Estado que, em si mesma, em matéria de autarquias locais, é um exercício de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local; ----------

Considerando que a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 exibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do princípio constitucional da autonomia, exprime uma conceção centralista e de grosseira subalternização

do poder local, procurando transformar as autarquias em meras dependências do poder central administradas e reguladas em matérias decisivas (como as financeiras, orçamentais e de pessoal) a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, mas sim de atos discricionários de membros do governo; ----------

Considerando que esta conceção (em flagrante contraste e negação da retórica exibida pelo «Livro Verde» sobre "reforço saudável do municipalismo") significa que decisões como, as de abertura de concursos para admissão de pessoal, de fixação da estrutura municipal ou da definição elenco de pessoal dirigente ou de contração de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministro da Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela a que a Revolução de Abril veio pôr cobro; ----------

Considerando que a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 dá um novo passo, agora qualitativamente de outro nível, no processo de asfixia financeira das autarquias (evidenciado pela perda crescente de peso das transferências para as autarquias quando comparadas quer na sua relação com a evolução dos impostos cobrados pelo Estado, quer na sua relação com o Produto Interno Bruto) e que há já largo tempo se vem desenvolvendo ao arrepio do preceito constitucional que determina a justa partilha de recursos públicos entre os níveis central e local do Estado em flagrante violação dos regimes legais de finanças locais (cada um deles construído, no plano dos montantes a afetar às autarquias, sobre os escombros de sucessivos incumprimentos dos que o antecederam); ----------

Considerando que, com esta Proposta de Lei, o Governo não só retira mais 120 milhões euros aos valores transferidos pelo Orçamento de 2012 face ao de 2011 (num processo de subtração de verbas a que as autarquias tinham direito que ascenderá a uma verba superior a 700 milhões de euros no período de 2010 a

2012 e a cerca de 1.200 milhões de euros até 2013 se não for interrompida a aplicação do Pacto de Agressão que está a ser imposto ao país) como lança mão de novos e intoleráveis expedientes para cobrir novos roubos ao poder local; ----

Considerando que é inaceitável num estado de direito e democrático, que o Governo decida, tenha em vista não só reduzir, arbitrária e discricionariamente, reduzir para metade os limites estabelecidos em Lei para efeitos de endividamento (de 125 para 62.5% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da participação dos municípios no FEF, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas a o ano anterior) e colocando, de um momento para o outro, mais de 180 municípios numa situação de "incumprimento" sem que tenham alterado nenhum elemento material relevante; ----------

Mais considerando que, defraudando os mais elementares princípios da boa fé, o mesmo Governo, suportado nesse golpe, pretende justificar uma retenção de verbas que ascenderá a mais de 150 milhões de euros; ----------

Considerando a intenção de roubar aos trabalhadores da administração local (a exemplo do sucederá nos outros níveis da administração pública e à generalidade dos pensionistas) as remunerações correspondentes aos subsídios de férias e de Natal que, a par da prorrogação das reduções salariais que vigoraram este ano e dos novos cortes nos pagamentos devidos pela prestação de trabalho extraordinário, constituirá um golpe nos rendimentos familiares com consequências não apenas nas condições de vida e dignidade de milhares de famílias como um fator de retração na vida económica local e nas possibilidades de sobrevivência de pequenos empresários; ----------

Considerando que com a drástica redução de verbas transferidas para as autarquias fica não apenas comprometida a capacidade de investimento e de resposta necessária às funções de serviço público, mas também a possibilidade

de apoio e estímulo à atividade das coletividades e do movimento associativo em geral que hoje têm como único parceiro o poder local para a múltipla e insubstituível ação de promoção do desporto, da cultura e do recreio que desenvolvem; ----------

Considerando que adicionalmente e para lá das retenções ilegais que a citada Proposta de Lei consagra e dos pagamentos coercivos impostos a pretexto de ressarcir o Serviço Nacional de Saúde, ela determina ainda um conjunto de disposições sobre dívidas a fornecedores e a "encargos assumidos e não pagos" que, em rigor, podem significar a absoluta impossibilidade de gestão financeira e orçamental de um número significativo de autarquias; ----------

Considerando que a chamada "reorganização administrativa" destinada à liquidação (pomposamente disfarçada no Livro Verde sob a designação de "agregação") de quase duas mil freguesias constitui em si mesmo um deliberado fator de empobrecimento da dimensão democrática e participada do poder local e do valor que representa a alargada intervenção de cidadãos na gestão da vida pública local (uma redução de quase 20 mil eleitos da intervenção cívica e política) e um visível reflexo das conceções antidemocráticas instaladas no Governo; ----------

Considerando ainda que esta "reorganização" não é determinada por nenhuma intenção séria de dignificar e elevar a eficácia da gestão das autarquias (o que pressuporia, como linha condutora essencial, o fortalecimento das condições, meios e instrumentos postos à disposição do poder local e não a sua sonegação) ou de "modernizar" a administração do território (que exigiria, para ser levada a sério, não um processo cego de liquidação de centenas de autarquias mas sim a concretização do processo de regionalização); ----------

Considerando que com esta reforma o que se pretende é menorizar o poder local e a expressão democrática de representação e participação política (e não a

cínica invocação de "melhoria da eficácia"), atingindo pela extinção coerciva as freguesias e por um maquiavélico processo de asfixia e inviabilidade financeira (que o Orçamento de Estado testemunha) a liquidação de dezenas de municípios; ----------

Considerando, por fim, que se pretende ainda impor a subversão do sistema de eleição dos órgãos municipais para assegurar a constituição de executivos monocolores à custa da liquidação do seu carácter plural e democrático e das condições de fiscalização e controlo democráticos, num quadro em que, no fundamental, o atual regime provou ser não apenas um fator de governabilidade e estabilidade, mas também um espaço de cooperação e trabalho comum de eleitos de diversas forças políticas. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 19/12/2011, delibera: ----------

Rejeitar o chamado «Livro Verde» para a reforma da administração local por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do poder local democrático e das suas características mais progressistas; ----------

Manifestar a sua mais viva oposição a uma proposta de Lei de Orçamento de Estado que se afirma, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências; ----------

Rejeitar a campanha de condicionamento da opinião pública para a menorização do poder local e de fomento da desconfiança sobre os eleitos, destinada a justificar um ataque que em ultima instância, é dirigido contra as populações e se destina a iludir o contributo insubstituível que as autarquias deram para a melhoria das condições de vida e o progresso local traduzido numa obra que, não isenta de insuficiências, está à vista e comprova o seu papel como o fator principal de investimento local e de rentabilização das verbas

postos à sua disposição; ----------

Alertar as populações, o movimento associativo local, os trabalhadores das autarquias e os agentes económicos locais para as consequências nas condições de vida e nos condicionamentos ao desenvolvimento e progresso locais que daqui resultarão; ----------

Sublinhar que este ataque ao poder local é um ataque dirigido às populações, aos seus direitos e legítimas aspirações a uma vida digna, é inseparável da ofensiva que ao mesmo tempo extingue serviços públicos, nega o direito à saúde, reduz o direito à mobilidade, tudo num processo de desertificação e abandono que a liquidação das freguesias só acentuará; ----------

Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego quer pelas disposições do Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira, quer pela ameaça decorrente da extinção de centenas de freguesias; ----------

Apelar à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimento de indignação por parte da população e dos trabalhadores contra estas medidas e estes objetivos, sublinhando que essa luta é parte integrante do direito e do dever dos portugueses de exigirem a rejeição do Pacto de Agressão que, imposto pelo estrangeiro e subscrito pelos promotores da política de direita, ameaça e compromete o futuro dos portugueses e do país." ----------

A senhora ***Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes****, no uso da palavra, disse: "Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Deputados Municipais e público presente.* ----------

Quanto à questão dos parques infantis, a Câmara Municipal constituiu um grupo de trabalho, para fazer a avaliação dos parques infantis e para ir melhorando,

onde a comissão de avaliação encontre deficiências. A Câmara Municipal também foi confrontada com a fiscalização da ASAE, em alguns parques, portanto incorrendo em processo de contraordenação e nessa medida uma vez que não tem condições de reparar alguns dos parques, acaba por retirar efetivamente os elementos desses parques para não estar numa situação de incumprimento. ----------

A posição da Câmara Municipal é esta, o que se vai conseguindo reparar e fazer, repara-se, o que não está em condições retira-se. Achamos muito bem que a ASAE fiscalize, é o seu papel, de todo e qualquer forma, o que não estiver em condições a Câmara Municipal retira e encerrará os parques, por não ter condições para os reparar. Quando tiver condições para os repara, reabrirá os parques. ----------

A questão da Biblioteca Municipal, eu não percebo o que quer dizer com estratégia cultural, porque não houve nenhuma alteração ao funcionamento e à oferta da Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva e dos Polos de Biblioteca desconcentrados pelas várias freguesias. Se o que referiu, se trata apenas de ausência de periódicos, aquilo que os nossos cocidadãos devem solicitar aos funcionários e técnicos das bibliotecas, é a ligação e o acesso à internet e passar a ler os jornais pela internet, mas isso não tem nada a ver com estratégia cultural. ----------

Registámos a questão dos ratos, desconhecíamos e julgo que muito pouco podemos fazer quanto a isso e como disse trata-se de terrenos privados e no campo há ratos, mosquitos, repteis e nem por isso há desinfestação no campo. ---

Quanto aos animais abandonados, eu também acho uma grande irresponsabilidade, as pessoas abandonarem os animais e a Câmara Municipal ter que providenciar a sua recolha. Também para os senhores deputados municipais ficarem a saber, a Câmara Municipal gasta em ração do canil, cerca

de 120 mil euros por ano. Portanto, vejam o que custa a irresponsabilidade dos cidadãos, abandonarem os animais na via pública. ----------

Sobre as construções ilegais na Caneira, as barracas dos cidadãos de etnia cigana, não encaixam no conceito de construções, a nossa conceção de construções é diferente da sua, trata-se efetivamente de um conjunto de barracas, que um conjunto de cidadãos de etnia cigana, resolveram edificar em terrenos privados, cuja competência cabe aos proprietários privados decidir e resolver. A Câmara Municipal, dará todo o apoio e cooperará para que a situação seja resolvida, mas a Câmara Municipal não vai realojar cidadãos de etnia cigana, a não ser por via concursal ou situações de emergência, devidamente comprovadas. A Câmara Municipal também não vai gastar dinheiro, nem vai tomar posse administrativa dos terrenos e retirar os cidadãos daqueles terrenos, que são de particulares. ----------

Em relação à abertura das cantinas, senhor deputado, eu não consigo perceber o alcance da sua pergunta, porque as nossas cantinas estão abertas, desde que haja crianças para lá comer. O Município do Montijo, tem essa prática. ----------

Sobre pré-escolar do Esteval/Areias, estamos de consciência tranquila, porque a Câmara Municipal agiu bem. ----------

Quanto às carreiras da Transtejo, existiu realmente um documento que propunha a eliminação das carreiras, a câmara Municipal aprovou uma resolução no sentido de se opor e até agora não sabemos mais nada." ----------

O senhor ***Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)****, no uso da palavra leu uma* ***Intervenção Política*** *e apresentou uma* ***Moção****, cujo teores a seguir se transcrevem, respetivamente:* ----------

INTERVENÇÃO POLÍTICA

"O Governo apresentou recentemente o livro verde da reforma da administração local. ----------

A reforma da administração local, segundo o documento apresentado pelo governo, tem quatro eixos prioritários de atuação, com as respetivas orientações estratégicas e metodológicas. ----------

Os seus quatro eixos de atuação são: ----------

- Sector empresarial local; ----------

- Organização do território; ----------

- Gestão municipal, intermunicipal e financiamento; ----------

- Democracia local. ----------

A Reforma da Administração Local visa: ----------

1. Promover maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do Poder Local como vetor estratégico de desenvolvimento; ----------

2. Valorizar a eficiência na gestão e na afetação dos recursos públicos, potenciando economias de escala; ----------

3. Melhorar a prestação do serviço público; ----------

4. Considerar as especificidades locais (áreas metropolitanas, áreas maioritariamente urbanas e áreas maioritariamente rurais); ----------

5. Reforçar a coesão e a competitividade territorial. ----------

A proposta de reforma apresentada pelo governo carece desde logo de uma falta honestidade intelectual e política grave. Diz o livro verde que a reforma visa "promover maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do Poder Local como vetor estratégico de desenvolvimento". Como é possível promover maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos acabando com autarquias? ----------

A atual reforma da administração local acontece e aparece de forma repentina tendo em conta o memorando de entendimento entre o Estado português e a Troika (FMI, BCE, EU). O suporte da reforma da administração local é essencialmente económico. ----------

Objetivamente e sem rodeios, consideramos que o documento apresentado pelo Governo tem aspetos positivos e aspetos negativos. De facto, nem tudo é mau. Contudo, o PS não pode como princípio orientador geral, aceitar que a reorganização dos governos locais implique uma redução na eficiência e na qualidade dos serviços prestados às populações. ----------

Considerando as reduções em anos anteriores e as condições atuais, os municípios encontram-se já no seu limite, face ao seu crescente papel na intervenção social, à dificuldade no acesso ao crédito para financiamento de projetos comunitários, entre outros. ----------

Ainda assim, nos últimos anos, os municípios não só não contribuíram para o agravamento do défice da administração pública, com têm mesmo um superavit. Em 2010, a Administração Local apresentou um superavit de 70 milhões de euros. ----------

Nos últimos 2 anos, os municípios têm sido o principal suporte para a alavancagem da execução do QREN, cofinanciado pela União Europeia. ---------

Conforme foi avaliado pela consultora Deloitte, os municípios são responsáveis por mais de 50% do investimento público e por 18% do emprego público, sendo as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias de cerca de 10% da despesa pública. ----------

A reforma da administração local deve ter em consideração aspetos qualitativos, não deve ser aplicada a regra e esquadro. ----------

A definição de critérios quantitativos é fomentadora de resultados absolutamente díspares que potenciam a ocorrência de injustiças. ----------

A dimensão média dos municípios portugueses é claramente superior à média europeia, em relação aos mais diversos parâmetros. Não se justifica, por isso, a sua extinção cega, até porque não iria provocar uma redução significativa de custos. ----------

O documento verde aponta um conjunto de medidas no âmbito sector empresarial local (SEL) que consideramos adequadas e que vai ao encontro daquilo que sempre defendemos. Extinção de entidades que apresentem resultados líquidos negativos consecutivos nos últimos 3 anos, com capitais próprios negativos e tecnicamente falidas nos termos do Código das Sociedades Comerciais; adequar o número de entidades do SEL à realidade local do respetivo município; delimitando o sector estratégico de atuação. A diversidade de realidades deve ser analisada caso-a-caso, sem aplicação de medidas cegas.

Os objetivos específicos previstos no eixo da gestão municipal, intermunicipal e financiamento devem ter como principal preocupação a autonomia financeira dos municípios, das freguesias, das comunidades intermunicipais e das áreas metropolitanas. Autonomia financeira – justa repartição dos impostos face às atribuições e competências da responsabilidade dos vários níveis do poder local. As novas competências a transferir devem ser equacionadas num contexto de verdadeira sustentabilidade, eficácia e eficiência, não existindo sobreposições de competências aos vários níveis de atuação, devendo ser acompanhadas das devidas transferências financeiras. ----------

Quanto ao capítulo da democracia local, a posição do PS é bastante clara. O Modelo eleitoral já foi objeto de projeto lei pelo PS em anterior legislatura, um novo paradigma baseado no princípio de clarificação de que quem ganhou, deve governar. ----------

A reforma da administração local, presente no denominado livro verde, deve ser objeto de um amplo e profundo debate com a participação das populações com

especial relevância nos casos onde o eixo – organização do território – prevê agregação/extinção de freguesias." ----------

MOÇÃO

Em defesa dos cuidados de saúde públicos no concelho de Montijo

"Em 1976 é aprovada a nova Constituição da República Portuguesa. O artigo 64.º dita que todos os cidadãos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. Desde 1899 os cuidados de saúde eram prestados por privados, cabendo ao Estado a assistência aos pobres. Mais tarde, em 1946 é lançada a base para uma rede hospitalar que está na origem do conjunto de hospitais que serão entregues às Misericórdias. Em 1979, através da Lei 56/79 de 15 de Setembro, foi instituído uma rede de serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população. Nasce o Serviço Nacional de Saúde. Em 1986 o Decreto-Lei n.º 57/86, de 20 de Março, regulamenta as condições de exercício do direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Prevê ainda taxas destinadas a moderar a procura de cuidados de saúde, evitando assim a sua utilização para além do razoável. Em 1989 na 2.ª Revisão Constitucional, a alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º é objeto de alteração, estabelecendo que o direito à proteção da saúde é realizado através de um serviço nacional de saúde "universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito". Em 1990 a Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, aprova a Lei de Bases da Saúde. Os cuidados de saúde são prestados por serviços e estabelecimentos do Estado ou, sob fiscalização deste, por outros entes públicos ou por entidades privadas, sem ou com fins lucrativos. Prevê ainda que possam ser cobradas taxas moderadoras, com o objetivo de completar as medidas reguladoras do uso dos serviços de saúde. Em 1992 o Decreto-Lei n.º

54/92, de 11 de Abril, estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções. ----------

Atualmente no concelho de Montijo, através do Serviço Nacional de Saúde, os cuidados de saúde são assegurados pelo Centro Hospitalar Barreiro / Montijo e pelo Centro de Saúde de Montijo com extensões no Afonsoeiro, Canha, Montijo, Pegões e Santo Isidro de Pegões. ----------

Do ponto de vista das infra-estruturas, o Centro de Saúde Montijo (na sede do município) é um edifício com cerca de 50 anos, recentemente recebeu obras de melhoramento. Todas as extensões estão alojadas em edifícios mais recentes. Nas extensões de Canha, Pegões e Santo Isidro são assegurados aos utentes: ----

- Consultas específicas: Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil. - Consultas de especialidade: Medicina Geral e Familiar. - Tratamentos / outras atividades: Pensos, Injetáveis, Remoção de pontos, Avaliação da Tensão Arterial e Avaliação de Glicémia Capilar. Nas extensões do Afonsoeiro e Montijo são ainda assegurados: - Nas consultas específicas: Atendimento de jovens e adolescentes (só na extensão do Montijo), Diabetes, Cessação tabágica e Interrupção Voluntária da Gravidez. - Nos tratamentos / outras atividades: Vacinação Crianças, Vacinação Adultos e Tamponamento nasal (só na extensão do Afonsoeiro). ----------

Na extensão do Afonsoeiro funciona uma Unidade de Saúde Familiar. Esta unidade é formada por profissionais de saúde que funcionam de forma autónoma. A grande vantagem destas unidades é o serviço de atendimento prestado ao utente. ----------

O hospital do Montijo é inaugurado em 1947 e em 1976 integrado no Serviço Nacional de Saúde. Desde então o hospital tem sido objeto de inúmeras reformulações com a construção de novos edifícios com o objetivo de

proporcionar novos e melhores serviços de saúde às populações. A última reformulação de fundo foi a do serviço de urgência do hospital no início de 2001. ----------

Em Outubro de 2006, o relatório da Comissão Técnica de poio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral propõe o encerramento do serviço de urgência do hospital do Montijo. ----------

Opondo-se ao encerramento do serviço de urgências e com o objetivo de o manter em funcionamento, a Câmara Municipal de Montijo, em Fevereiro de 2007, assina um protocolo de cooperação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Na sequência do protocolo nasce o Centro Hospitalar Barreiro / Montijo, legalmente constituído no final de 2009. ----------

O concelho de Montijo tem hoje uma população de cerca de 51000 habitantes. O centro de saúde e o centro hospitalar asseguram a resposta pública de cuidados de saúde no concelho. ----------

Considerando uma inegável mais-valia os recentes investimentos realizados nas infra-estruturas que albergam os serviços públicos de saúde no concelho, como as obras de remodelação da sala de radiologia e as obras visando a instalação da unidade de cirurgia do ambulatório no hospital do Montijo, bem como, a abertura de consultas de dermatologia, pediatria, ortopedia e oftalmologia. Contudo, cerca de 36% da população do concelho de Montijo não têm médico de família. ----------

Atualmente, a Europa e o país atravessam uma grave crise económico/financeira. Não deixará de fazer sentido uma reorganização de serviços de saúde que permitam ganhos de eficiência, mas sem prejuízo do adequado nível de qualidade de serviços prestados aos cidadãos. ----------

O senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, anunciou o aumento das taxas moderadoras. As consultas nos centros de saúde passam de 2,25 euros para

cinco euros. Nas urgências hospitalares a taxa moderadora passa de 9,60 euros para 20 euros. ----------

Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Montijo: ----------

Reafirma o cumprimento integral do protocolo de colaboração assinado entre a Câmara Municipal de Montijo e o Ministério da Saúde através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; ----------

Propõe o reforço de médicos no Centro de Saúde do Montijo; ----------

Opõe-se à subida abruta das taxas moderadoras, colocando em causa o princípio da tendencial gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde; ----------

Dê-se conhecimento ao senhor Ministro da Saúde; ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro / Montijo; e ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete." ----------

O senhor ***Deputado Municipal – Manuel Almeida (PPD/PSD.CDS.PP)****, no uso da palavra, colocou algumas questões à senhora Presidente da Câmara Municipal e seguidamente leu duas* ***Declarações Políticas****, cujos teores a seguir se transcrevem: "Queria perguntar ao executivo porque é que não põe limites de velocidade na circular, uma vez que os automobilistas circulam naquela via com muita velocidade?* ----------

Também queria sugerir o alargamento da rotunda do Isidoro, uma vez que a estrada é de duas vias, tornando-se por vezes complicado a circulação. ----------

Fez no passado dia 04 de dezembro, 31 anos de falecimento de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, grandes democratas e estadistas, talvez grandes demais para este país tão pequeno. ----------

Amaro da Costa defendeu e pagou com a própria vida a defesa da democracia da liberdade livre e a democracia cristã, hoje muita gente ou não sabe o que isso é, ou não pratica. Os bons exemplos deixados por eles são para se copiarem e

seguirem, tem que haver verdade frontalidade na política visão de futuro senão regressamos rapidamente ao passado. Os governos nacionais/autárquicos têm que pensar mais no bem estar das suas populações porque governar significa servir o povo e não se servir do povo, será por isso que a abstenção é tão alta em todas as eleições o povo diz: "Não vale a pena ir votar." Cabe aos políticos demonstrar que vale a pena. ----------

Quem governa os bens públicos deve/não pode deixar uma pesada herança para as gerações futuras, sombria, cheia de dívidas, se a lei não permite punir os responsáveis mudem-na, há-que acautelar o futuro das gerações futuras, quero que o meu país tenha futuro e que o estado/autarquias locais cumpram os seus compromissos com os seus fornecedores de serviços, quem não pode comprar não compra. ----------

Com a globalização selvagem o homem é um número, a Europa tem que impor regras que tragam o bem estar social para cima da mesa negocial, a unificação da Europa tem que ser também política, não podemos competir com a mão de obra barata, senão a nossa terá que ser mais barata. ----------

Temos todos que fazer o país crescer, melhorar as condições de vidas dos portugueses não só de rendimentos económicos mas também de melhor formação profissional/cultural e acabar com os facilitismos na educação. Mas como dizia um bispo português o povo não pode trabalhar/pensar de barriga vazia." ----------

"O Natal é uma época especial para os católicos, o nascimento de Jesus, representa a esperança num mundo/futuro melhor, mais justo a fraterno, segundo as estatísticas que valem o que valem Portugal/Montijo é maioritariamente católico, a Câmara Municipal de Montijo, ao não fazer o mais pequeno presépio, ou não colocar uma pequena árvore de natal decretou

administrativamente no Montijo o fim do natal, o fim da festa e da alegria das crianças, dos adultos, será que a câmara Municipal do Montijo não tem meia dúzia de euros para festejar o natal, devemos ser o único concelho em Portugal que em 2011 não vai festejar o natal, fica aqui o meu desagrado. ----------

Natal é época de luz e esperança, ora o nosso Montijo a Câmara Municipal de Montijo e bem mudou a iluminação económica, dou-lhes os parabéns, mas esqueceu-se que a zona nobre ribeirinha das oficinas da calçada até ao cruzamento da Estrada Nova (bombas da BP) durante todo o ano de 2011, quase nunca estiveram mais que 50% dos postes de iluminação ligados, hoje são 25 postes ou sem iluminação ou com 50% de iluminação, porque existe uma luz mais baixa que devia iluminar uma ciclo pista que não existe, bem como não existe o jardim onde ela se insere, por falar em jardins o parque municipal de Montijo continua com árvores em perigo de queda, em vez de relva existe muitas ervas daninhas e há locais onde crescem silvas. ----------

Montijo tem muitos espaços verdes que não relvados, temos muita água, não pode o seu preço ser tão alto como em locais onde ela é pouca, não se devia desperdiçar água nas regas, de verão corre um rio de água na circular e na Praça da Brasília, entre outros locais, será que ninguém vê?" ----------

O senhor ***Deputado Municipal – José Caria (PS)****, no uso da palavra, apresentou uma* ***Moção****, subordinada ao tema "****Simplificação Tarifária e Reformulação da Rede de Transportes da A.M.L.****" e uma Saudação Pessoal, subordinada ao tema "****35º Aniversário das primeiras eleições autárquicas, livres e democráticas****" que passo a transcrever, respetivamente:* ----------

MOÇÃO

"O Secretário de Estado das Obras públicas e Transportes nomeou um Grupo de Trabalho para propor a simplificação tarifária e reformulação da rede de transportes da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.) daí tendo saído Documento/Proposta apresentada aos dezoito Municípios da A.M.L. ----------

***Considerando que** o Documento/ Proposta revela ausência de perspetival sistémica, baseia-se em lógicas de redução da Oferta, não demonstra preocupação sobre a atratividade do sistema de transportes metropolitano, não atende a necessidades da população, nem otimiza séria gestão de recursos,* ------

***Considerando que** o Documento/Proposta não define melhorias de taxas de ocupação, nem melhoria de velocidades comerciais, nem mesmo verdadeira anulação de "redundâncias" (duplicações) ou contributos para a minimização da perda de passageiros para o transporte individual;* ----------

***Considerando que** o Documento/Proposta não foca metodologias de financiamento do sistema, nem externalidades positivas na balança energética do País, nem melhorias de produtividade, nem a competitividade entre Metrópoles;* ----------

***Considerando que**, a ser posto em prática, o Documento/Proposta se tornaria um sério revés para a qualidade de vida das populações e mais uma entorse ao Direito à Mobilidade consagrado na Constituição da República, nomeadamente no Concelho de MONTIJO;* ----------

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO reunida em Sessão Ordinária de Dezembro de 2011: ----------

1. ***Opõe-se** a supressão de carreiras da ligação fluvial Montijo-Lisboa contida no Documento/Proposta para "reformular" a rede de transportes públicos e simplificar o sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa;*----------

2. ***Opõe-se*** *no caso da ligação fluvial entre o Montijo (Cais do Seixalinho) e Lisboa, operada pela Transtejo, à eliminação, citada no Documento/Proposta, de 46 carreiras aos sábados, domingos e feriados e 18 carreiras nos dias úteis, o que representa uma supressão na ordem dos 70 por cento das carreiras fluviais entre o Montijo e Lisboa;----------*
3. ***Opõe-se*** *ao pressuposto incluso no Documento/Proposta da manutenção da ligação fluvial Montijo-Lisboa apenas em dias úteis e nos períodos de ponta, entre as 6h00 e as 9h30 e as 17h00 e as 20h00, o que coloca em causa a mobilidade dos cidadãos com enormes prejuízos na sua vida diária; ----------*
4. ***Denuncia a todos os Munícipes e Cidadãos*** *que esta proposta representa na prática mais um contributo para o fim do transporte fluvial entre o Montijo e Lisboa, lembrando que o Governo suprimiu, em 2011, as carreiras menos rentáveis na ligação ao Montijo e agora desconsidera ainda o efeito do aumento brutal nas tarifas dos transportes públicos;*
5. ***A Assembleia Municipal de Montijo interpretando necessidades, interesses e justas aspirações dos Munícipes e Cidadãos REAFIRMA*** *que a utilização dos transportes públicos por o maior número possível de pessoas é essencial para melhorar a organização das cidades e as suas dinâmicas sociais e económicas, reduzir a dependência energética do país, e contribuir para uma mobilidade facilitada de todos os cidadãos; --*
6. ***A Assembleia Municipal de Montijo reitera, deste modo, a necessidade de uma visão (ausente do Documento/Proposta) mais ampla, motivada e fundamentada*** *na avaliação e reformulação da rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa e simplificação tarifária como sustentação e exercício do direito dos cidadãos à mobilidade* ***e lembra*** *o*

trabalho que está a ser realizado pela Autoridade Metropolitana de Transportes; ----------

7. ***Esta MOÇÃO deve ser remetida*** *ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Sr. Presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes, aos "leaders" dos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, aos Órgãos de Comunicação Social (nomeadamente Lusa, Estações de Televisão, Comunicação Social nacional e regional ELETRÓNICA e em suporte de papel)."* ----------

SAUDAÇÃO PESSOAL

35º ANIVERSÁRIO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS, LIVRES E DEMOCRÁTICAS

"Fui eleito Vereador da Câmara Municipal de Montijo, pela primeira vez, em 12 de dezembro de 1976 nas primeiras eleições autárquicas, livres e democráticas;

A 12 de Dezembro assinalaram-se os 35 anos das primeiras eleições autárquicas, livres e democráticas, um momento inigualável, decorrente da conquista do Poder Local Democrático na Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa (ver C.R.P. de 2 de Abril de 1976). --------

O Poder Local Democrático é expressão da vontade popular e constitui uma das mais progressistas e avançadas conquistas do povo português. ----------

Assente nos ***princípios da autonomia administrativa e financeira****, com um quadro de património e finanças próprias, plural e colegial, representativo dos interesses das populações, o Poder Local Democrático contribuiu decisivamente para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das populações, através do investimento em infra-estruturas, em equipamentos*

educativos, culturais, desportivos e de índole ambiental e na diversidade das respostas às necessidades das populações, em maior e melhor oferta de serviços de interesse público/geral. ----------

No entanto, o Governo do PSD-CDS, a pretexto da redução da dívida, enceta um brutal ataque ao Poder Local Democrático, numa clara tentativa de responsabilização das autarquias pela situação em que se encontra o país. -------

Não são apenas os aspetos economicistas que norteiam as ***propostas do Governo*** *do PSD-CDS, estas* ***visam objetivos mais profundos****, de ataque ao Poder Local Democrático e de empobrecimento do próprio regime democrático.* ----------

O que está em causa, é o ***ataque multicomposto, estratégico, em gradualismo sequencial, á autonomia administrativa e financeira dos Municípios****, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a degradação dos serviços públicos, para os entregar* ***a final*** *a entidades privadas, ou seja,* ***um ajuste de contas*** *com o Poder Local Democrático.* ----------

O documento verde para a reforma da administração local, a concretizar-se na forma apresentada - mesmo na 2.ª versão - conduzirá a um recuo civilizacional na vida democrática local. ----------

A redução do número de vereadores, o esvaziamento de competências dos Municípios, "concentrando-as" nas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e a extinção das freguesias, ***tal como foi proposto****, é perigoso* ***e suscetível*** *de pode levar à criação de um poder absoluto a nível local, ao aumento da opacidade, podendo ferir,* ***não sendo prevenido****, a pluralidade, a colegialidade e a representatividade de órgãos municipais, propiciar redução do controlo democrático e potenciar afastamento das populações do Poder Local.* --

O reforço do Poder Local Democrático passa pelo respeito dos princípios constitucionais, pelo aprofundamento do regime democrático, ***pelo fortalecimento da autonomia local em todas as suas componentes****, pela justa*

repartição dos recursos públicos entre a administração central e a administração local, dotando-as dos meios de intervenção adequados para o pleno cumprimento das suas atribuições e competências e para dar resposta às populações. ----------

SAUDAMOS o 35º aniversário das primeiras eleições autárquicas, livres e democráticas, RECONHECEMOS o contributo do Poder Local Democrático no desenvolvimento do país e na melhoria da qualidade de vida das populações, ASSUMIMOS a sua defesa e reforço, REJEITAMOS ações ou omissões que violem os seus valores e princípios conformadores, consagrados na Constituição da República Portuguesa." ----------

A senhora ***Deputada Municipal – Celina Figueiredo (CDU)****, no uso da palavra, leu uma* ***Intervenção****, cujo teor a seguir se transcreve: "O estado em que encontra o Serviço Nacional de Saúde é preocupante.* ----------

O aumento das taxas moderadoras, a falta de médicos de família com a consequência do aumento do tempo de espera das consultas, aliado ao encerramento de serviços de urgência nos hospitais e centros de saúde, colocam os utentes em desespero, correndo riscos e pondo em causa até a própria sobrevivência. ----------

As políticas economicistas têm desmantelado o SNS, remetendo para o setor privado um atendimento, acessível a uma minoria da população, o que nos leva a reforçar uma vez mais que o fosso cavado entre ricos e pobres é cada vez maior. Quem paga pode tratar-se! E quem não pode? ----------

De forma injusta, os contribuintes, em geral os trabalhadores, os reformados, pagam cada vez mais impostos, mais taxas, e recebem do Estado menos serviços. No Hospital do Montijo o desmantelamento de vários serviços, onde se incluem as urgências, têm causado bastante transtorno aos utentes, desde os mais novos

aos idosos que necessitam daquele serviço, tendo de se deslocar ao Hospital do Barreiro, o que devido à distância, para a maioria dos utentes é extremamente difícil, por falta de transporte, por falta de dinheiro, ou mais grave por falta de tempo... ----------

Também o centro de saúde, com menos oito médicos de família, desde o final de Setembro, vem agravar o tempo de espera das consultas, vem agravar o funcionamento das urgências do centro de saúde (que nem sempre funciona), e isto passa-se num concelho onde 36% da população nem sequer tem médico de família. ----------

O protocolo assinado entre o ministério da saúde e a CM Montijo em Fevereiro de 2007, trouxe promessas que ainda não foram cumpridas, as melhoras não chegaram, muito pelo contrário a doença no SNS agrava-se de dia para dia. -----

Com a saúde pública a definhar, a nossa saúde corre riscos, a vida é um bem precioso, o único que não tem preço, por isso esta é uma justa e legitima luta. ---

O encerramento de hospitais, a falta de médicos, maternidades e centros de saúde, põe em causa um direito fundamental, consagrado na nossa constituição, uma conquista do Portugal de Abril. ----------

Bem se nota que este Governo tem propostas muito concretas, que nos empurram para 24 de Abril, o recente apelo do primeiro ministro à emigração, retrata um Portugal sem futuro, sem investimento, sem emprego. ----------

Nós não viramos as costas nem a Portugal nem aos portugueses, porque os direitos que conquistámos na saúde, na educação, no emprego, na segurança social, e em tantas outras áreas fundamentais para o desenvolvimento dum pais livre e democrático, desses não abdicamos." ----------

A senhora ***Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes****, no uso da palavra, disse: "Relativamente à questão porque é que a Câmara Municipal não limita a*

velocidade na circular, porque a Câmara Municipal espera que os cidadãos do Montijo que utilizam os seus veículos na circular, sejam responsáveis. Apelamos ao civismo, à cidadania e à responsabilidade de cada um dos automobilistas. ---- Quanto à questão da Rotunda do Isidoro não ter duas faixas, eu julgo que com a configuração que tem, não se pode alargar, por agora, quando desenvolvermos a avenida que vai sair da rotunda do Isidoro até S. Francisco, aí haverá naturalmente condições para o alargamento da avenida e da rotunda. O troço da antiga Estrada Nacional 119, até à entrada de S. Francisco, já foi recebida pela Câmara Municipal do Montijo, das Estradas de Portugal. Só nesta consequência do desenvolvimento urbanístico da zona, há naturalmente o compromisso de fazer o alargamento da Estrada Nacional 119, que passa a ser uma avenida, integrada na malha urbana da cidade do Montijo e com esse alargamento, com certeza que se terá que reformular também a rotunda do Isidoro. ----------

O senhor ***Deputado Municipal – José Ferra (CDU)****, no uso da palavra, leu uma* ***Saudação à Greve Geral****, cujo teor a seguir se transcreve: "A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 19 de Dezembro de 2011, saúda calorosa e fraternalmente os trabalhadores portugueses pela convocação e realização da greve geral do passado dia 24 de Novembro. Foi uma grande e significativa jornada de luta, de protesto e indignação contra a política do pacto de agressão, de destruição da riqueza nacional e abdicação dos interesses do país. Foi igualmente uma jornada de confiança, determinação na luta social organizada e na sua capacidade para construir o futuro. ----------*
Foi igualmente um ato de coragem, afirmação e dignidade, perante as atuais condições em que o país vive, e de chantagem, intimidação e condicionamento da opinião pública que, dia a dia é vitima dos comentadores e economistas do sistema que martelam as consciências com o refrão de inevitabilidade e de

ausência de alternativas, da impossibilidade de escapar ao empobrecimento. A greve geral revelou a força de um país que não se rende, que luta contra as intromissões e imposições da agiotagem internacional, e contra os que, em Portugal as favorecem e apoiam. ----------

A greve geral demonstrou que há um povo disponível para a luta pela mudança, por uma alternativa ao empobrecimento, à regressão social, à pilhagem e delapidação dos recursos nacionais, à destruição dos serviços públicos, do serviço nacional de saúde, da escola publica e da segurança social condigna, contra a subversão do regime democrático que a Constituição da Republica Portuguesa consagra, por uma política que promova o crescimento económico, que apoie e incentive a produção nacional, que valorize o trabalho com direitos, que dignifique o serviço publico, que alargue e aprofunde os direitos nacionais e diga não à politica suicida ao serviço do grande capital que só nos primeiros seis meses do ano, saíram de Portugal mais de 10 mil milhões de euros em juros, lucros e dividendos, os buracos do BPN e do BPP, já custaram mais de 3.000 milhões ao povo português. No programa de agressão estão inscritos mais de 12 mil milhões para dar à banca e 35 mil milhões de euros de garantias do Estado que ficam à sua disposição. Nos próximos dez anos Portugal terá de pagar cerca de 30 mil milhões de euros de juros à União Europeia e ao FMI deste empréstimo a que cinicamente os troikianos chamam de ajuda. ----------

É necessário e imprescindível continuar a aprofundar os pilares de luta da greve geral contra este orçamento de estado socialmente criminoso que continuará a conter benefícios e privilégios para a banca e para os grupos económicos, a quem permitem a fuga aos impostos pelos "paraísos fiscais. ----------

O off-shore da Madeira custará em 2012 aos portugueses mais de 1200 milhões de euros. ----------

Os sacrifícios do povo, o escandaloso aumento dos serviços de saúde, o assalto

aos subsídios de natal e de férias, os impostos pagos no IV A, as horas e os dias de trabalho sem receber, não são para resolver os problemas do país, mas para continuar a encher os bolsos do grande capital, e a sujar e torturar ainda mais o povo. ----------

Ao nível internacional, a evolução das principais economias capitalistas confirmam as tendências de aprofundamento da crise económica e financeira mundial e de recessão económica na tríade do capitalismo (EUA, EU e Japão). Na União Europeia e perante a evidência da recessão económica, da generalização da chamada "crise da divida" do completo falhanço dos chamados "pacotes de resgate" e da perspetiva de uma implosão da União Económica e Monetária e do Euro como instrumento de domínio económico e politico, o grande capital, os governos da principais potências - com destaque para a Alemanha e França - e as instituições europeias, lançam-se em novas fugas para a frente visando concretizar pela força os ataques contidos nos chamados "pacotes de resgate". No quadro do aprofundamento do processo de integração capitalista - em particular os desenvolvimentos nas limitações à soberania, assumem particular gravidade o conjunto das decisões das cimeiras europeias que o povo português deve rejeitar, no sentido da chamada governação económica, o endurecimento do Pacto de Estabilidade; o semestre europeu; as sanções; o aumento dos casos de decisão por maioria no Conselho; o aprofundamento do "Pacto Para o Euro Mais"; a reafirmação do visto prévio aos Orçamentos de Estado; a "supervisão continua" das execuções orçamentais; a "eleição" de um presidente da Cimeira do Euro; o que pode ainda ser intensificado com a anunciada nova revisão do Tratado de Lisboa. Com a luta social organizada contra os troikianos o povo português encontrará força e determinação para defender e exigir uma política patriótica de defesa dos interesses de Portugal, dos trabalhadores e do povo português." ----------

*O senhor **Deputado Municipal – Carlos Guerreiro (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, disse: "Queria colocar algumas questões, mas no seguimento do que o senhor deputado municipal Manuel Almeida disse em relação à rotunda, registe-se que ali existe um troço, com direção de Alcochete que está em muito mau estado de conservação e que coloca em causa a segurança rodoviária. Como a Câmara Municipal tem vindo a dedicar-se e bem à repavimentação de alguns troços, penso que esse troço deveria ser considerado.* ----------

Queria também deixar uma recomendação, porque não é a Câmara Municipal que gere o cais do Seixalinho, era que a Câmara dialogasse com a entidade de forma a promover a substituição de alguns pináculos de betão, porque não tem visibilidade para quem lá circula ou substituir por outro tipo de material. --------

Gostaria também de falar sobre a recolha do lixo, já na última Assembleia Municipal referenciei uma situação que vi, na Avenida D. João IV, e continua a verificar-se, inclusivamente no dia 07 de novembro, verifiquei que o lixo não tinha sido recolhido e havia cães vadios a circular à volta do lixo e isto é uma questão de saúde pública. A Câmara Municipal deveria reforçar cada vez mais a recolha do lixo. Outra situação é a do lixo reciclável, tem-se verificado que os contentores da AMARSUL, são insuficientes, face às necessidades da população, nomeadamente os recicláveis de plástico. ----------

Queria ainda relembrar ao executivo que na última Assembleia Municipal, eu mencionei a questão da placa indicativa para a igreja e que até à data, a mesma ainda não foi colocada. ----------

Sobre o hospital, tive conhecimento que estão a realizar-se obras e gostaria de saber se o executivo sabe, que tipo de obras estão a ser feitas? ----------

Relativamente à Cooperativa de Habitação Jovem, verifiquei que os prédios já estão concluídos, já devem ter licença e para quem não sabe a câmara Municipal em 2006, firmou um protocolo com esta cooperativa de habitação, em

que cedeu quatro lotes de terreno para a habitação jovem e que no protocolo estava firmado que este tipo de habitação seria realizado, a custos controlados e que existiria uma fase de concurso, penso que terá sido no ano passado, em que alguns casais jovens ou pessoas sozinhas, dentro de determinadas condições poderiam concorrer. Neste momento, existe a fase de comercialização, não sei se será um ou dois prédios, gostaria que o executivo, respondesse à bancada do PSD, se tem acompanhado este processo, qual o número de frações que foi efetivamente concursado a custos controlados e em que condições? ----------
Queria ainda comentar, que estamos a reviver a época natalícia e penso que o mínimo exigível, embora a Câmara Municipal esteja em contenção de custos o mínimo que poderia ter feito era colocar alguma iluminação simbólica, uma árvore de natal e um presépio. ----------
Também queria perguntar ao executivo se tem conhecimento sobre um terreno que se situa por trás do Tribunal, se foi doado? Se esse terreno terá a situação cadastral ou patrimonial regularizado?" ----------

O senhor ***Deputado Municipal – José Figueiredo (CDU)****, no uso da palavra, apresentou uma* ***Moção****, cujo teor a seguir se transcreve:*----------

MOÇÃO

"O sistema de transporte é um fator determinante da coesão social e territorial e do desenvolvimento do País. O nível de desenvolvimento das sociedades está, nessa medida, intimamente associada ao tipo de sistema de transportes de que dispõe. ----------
Por isso mesmo, mas sobretudo na ótica da melhoria das condições de vida das populações, é fundamental continuar uma política de transportes pública coesa, e eficiente, com particular relevo nas áreas metropolitanas, numa promoção

efetiva da mobilidade e de perceção coletiva dos seus benefícios para a sociedade. ----------

De acordo com a sua cartilha neo-liberal, o governo iniciou a sua atuação nesta área revelando uma total ausência de sentido de estratégia para a politica de transportes de que é um bem patente o abrupto aumento dos transportes públicos, o mais grave atentado de sempre, às politicas de incentivo à utilização do transporte coletivo e dos seus custos particularmente para os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população. ----------

Ainda mais recentemente o governo veio apresentar o seu Plano Estratégico dos Transportes, que na sequência da sua cartilha neo-liberal visa, o desenvestimento, desmantelamento e consequente privatização dos transportes públicos, num sector determinante para o desenvolvimento económico e social. Este intitulado Plano Estratégico dos Transportes do governo PSD/CDS, apresenta para além do abrupto aumento dos custos, também uma abrupta diminuição da oferta como é o caso concreto das carreiras fluviais Montijo-Lisboa. ----------

Invocando que as empresas de transportes pertencentes ao sector empresarial do Estado apresentam há décadas défices orçamentais e baixos níveis de eficiência, o governo não hesita em querer transformar os trabalhadores e as administrações das empresas de transportes públicos em bode expiatório prosseguindo no desmantelamento de tudo aquilo que tem a ver com funções sociais do Estado. Na sua cartilha neo-liberal, "no intitulado menos estado, melhor estado", o estado social só existe para quem não necessita de que são exemplo as benesses aos grupos económicos. ----------

As respostas aos problemas financeiros, das empresas públicas de transportes, não pode basear-se num ataque sem critério ao "bolso" dos utentes, contribuintes indispensáveis para as respetivas receitas, nem no ataque

injustificado áquilo a que apelida de "regalias dos trabalhadores", mas por uma política fiscal mais justa que permita encaixe financeiro para que o Estado cumpra com as suas funções sociais. ----------

Em síntese, a reformulação do sistema de transportes das áreas metropolitanas e nomeadamente da área metropolitana de Lisboa, deve ter em conta o ponto de vista de gestão do território, da gestão das cidades e do conjunto da área metropolitana, de gestão ambiental, da coesão social e deve assentar em quatro princípios basilares: ----------

Prioridade à utilização do transporte público com elemento crucial de estratégia da mobilidade sustentável; ----------

Implicar um novo relacionamento das autarquias com o respetivo sistema de transporte metropolitano; ----------

Promover uma maior eficiência do sistema de transportes; ----------

Promover a sustentabilidade financeira e social do sistema de transportes. ------

Considerando o exposto a Assembleia Municipal de Montijo reunida em 19 de Dezembro de 2011, delibera: ----------

Repudiar e censurar o aumento das tarifas de transporte público, o corte nas carreiras e a proposta do Plano Estratégico do governo para os transportes; --

Apelar para que seja lançada uma estratégia para uma política de mobilidade metropolitana coesa, sustentável e centrada nas pessoas que integre eficazmente as redes de transporte existentes." ----------

A senhora ***Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes****, no uso da palavra, disse: "Em relação ao hospital, estão a concluir-se a obras para a instalação de cirurgia de ambulatório, acerca de um mês visitei as obras. Não sei para quando é a inauguração, ainda falta o equipamento.* ----------

Quanto à Cooperativa de Habitação, há de facto uma parceria com a Casa

Família, nem todas as habitações têm licença, só dois prédios é que têm e não a totalidade. Existe um protocolo/contrato com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, a Câmara Municipal do Montijo apenas tem a ver com o compromisso da cedência dos espaços, que ficaram para espaços construídos para a Câmara e dois deles já estão na posse da Autarquia, sendo que num já instalamos os serviços de Habitação e Reabilitação Urbana. Se eventualmente existe uma comercialização em termos normais de mercado, esse controlo é do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e não da Câmara Municipal do Montijo. ----------

Relativamente ao terreno que referiu que terá sido doado pela Câmara Municipal ao Ministério da Justiça, eu não sei do que se trata. O que sei, é que os lotes de terrenos da Casa dos Magistrados, foram cedidos pela Câmara Municipal do Montijo, onde estão construídas as casas dos magistrados e essa questão foi resolvida, em que a Câmara registou a favor do Ministério da Justiça os lotes de terreno, mas entretanto, deu-se o caso caricato, que foi os dois lotes e as duas casas foram registadas pela Câmara Municipal e houve outro registo feito pelo Ministério da Justiça, porque o Ministério tem a faculdade de por via administrativa proceder ao registo. Como a Câmara Municipal também procedeu ao registo legalmente por via do loteamento. Agora aquelas duas vivendas têm duas descrições registrais. ----------

Quanto à iluminação de natal e o presépio, eu tenho uma resposta, que é: O Natal está no nosso coração e na nossa memória e nãos nos aspetos exteriores."

O senhor ***Presidente da Assembleia Municipal****, informou que tinham para admitir e votar, 2 Recomendações do BE, 5 Moções (1 BE, 2 da CDU e 2 do PS) 1 Proposta do PSD e 1 Saudação da CDU, já distribuídas.* ----------

Assim, procedeu-se à votação para ***admissão*** *dos documentos supracitados, tendo os todos os documentos, sido* ***Aprovados por Unanimidade.*** ----------

Seguidamente, o ***Presidente da Assembleia Municipal****, procedeu à* ***votação*** *dos documentos:* ----------

RECOMENDAÇÃO DO BE - Derrama

Deliberação: *Reprovada com 22 votos contra (17 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS.PP) 7 votos a favor (1 do PPD/PSD.CDS.PP, 5 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções.* ----------

RECOMENDAÇÃO DO BE – Hortas Agrícolas

Deliberação: *Reprovada com 23 votos contra (17 do PS e 6 do PPD/PSD.CDS.PP) 6 votos a favor (5 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções.* --------

MOÇÃO DO BE – Hospital do Montijo

Deliberação: *Aprovada com 22 votos a favor (17 do PS, 4 da CDU e 1 do BE) e 6 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 0 abstenções.* ----------

MOÇÃO DA CDU – Livro Verde

Deliberação: *Reprovada com 22 votos contra (17 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS.PP) 6 votos a favor (5 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções.* --------

Saíram da sala cinco Deputados Municipais (Ingeburga de Oliveira, Carla Braziel, António Miguéns, Tolentino Gomes e Florêncio Pinto), tendo ficado a Assembleia Municipal, com os seguintes Deputados Municipais: 14 do PS, 4 da CDU, 5 do PPD/PSD.CDS.PP e 1 do BE. ----------

MOÇÃO DO PS – Serviço Nacional de Saúde

Deliberação: *Aprovada com 19 votos a favor (14 do PS, 4 da CDU e 1 do BE) e 5 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 0 abstenções.* ----------

MOÇÃO DO PS – Rede de Transportes

Deliberação: *Aprovada com 19 votos a favor (14 do PS, 4 da CDU e 1 do BE) e 5 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 0 abstenções.* ----------

MOÇÃO DA CDU – Rede de Transportes

Deliberação: *Aprovada com 19 votos a favor (14 do PS, 4 da CDU e 1 do BE) e 5 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 0 abstenções.* ----------

SAUDAÇÃO DA CDU – Greve Geral

Deliberação: *Reprovada com 19 votos contra (14 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS.PP) 5 votos a favor (4 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções.* --------

PROPOSTA DO PPD/PSD.CDS.PP – Minuto de silêncio

Deliberação: *Reprovada com 14 votos contra (11 do PS e 2 da CDU e 1 do BE) e 4 a favor do PPD/PSD.CDS.PP e 1 abstenção do PPD/PSD.CDS.PP (Paulo Ramos).* ----------

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo, informado que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, dia ***20 de dezembrode 2011****, pelas* ***21 horas****.* -

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente, encerrada a presente Sessão Ordinária, era uma hora e vinte minutos do dia vinte de dezembro de 2011. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

E eu, Joaquina Maria Azevedo Barbosa *, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.*----------

---------- *O Presidente* ----------

---------- *A 1ª Secretária* ----------

Elsa Cristina Silva Torres.

---------- *O 2º Secretário* ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carvalho.